PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Ministério Público da União - MPU

Proposta de Prestação de Serviços

FGV Nº 223a/24

24 de setembro de 2024

Sumário

1. OBJETO DA PROPOSTA	3
2. PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO	4
2.1 PLANEJAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO	5
2.2 ELABORAÇÃO DO EDITAL	5
2.3 DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO	6
2.4 INSCRIÇÃO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS	7
2.5 EMISSÃO DE RELATÓRIOS	9
2.6 ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO, EMPACOTAMENTO E SEGURANÇA DAS PROVAS	10
2.7 LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA DE APLICAÇÃO E CAPACITAÇÃO	16
2.8 PROCESSO DE APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS	21
2.9 TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	25
2.10 AVALIAÇÃO MÉDICA	25
2.11 PROGRAMA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	dor não definido.
2.12 CONFERÊNCIA DE LAUDOS PARA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA	26
2.13 PROCEDIMENTOS CONCERNENTES ÀS VAGAS RESERVADAS A CANDIDATOS NEGROS	27
3. RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO	28
4. APOIO TÉCNICO	28
5. PRAZO E CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO	28
6. PRAZO E VALIDADE DA PROPOSTA	29
7. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	29
8. OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	31
9. CLÁUSULAS RECOMENDADAS	32
10. ALGUNS CONCURSOS, EXAMES, AVALIAÇÕES E PROCESSOS DE SELEÇÃO RE	
11. TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	44
12. A FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS	45
13 DADOS DA FGV	46

1. OBJETO DA PROPOSTA

A presente proposta de prestação de serviços da **Fundação Getulio Vargas** tem por objeto o planejamento, a organização e a execução de **concurso público** para o provimento de cargos nas carreiras de **Analista** e **Técnico** e formação de cadastro de reserva, conforme solicitado pelo **Ministério Público da União – MPU**, por meio do **Ofício nº 2656/2023/SG** enviado por correspondência eletrônica datada de 06 de junho de 2024, do Formulário anexado e informações posteriores.

Conforme informado no Formulário anexo ao Ofício nº 2656/2023/SG do MPU, o referido concurso público destina-se ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, relativo aos cargos que vagarem ou vierem a ser criados durante o período de vigência do concurso, observados os limites de autorização orçamentária, conforme Tabela 1.1:

Tabela 1.1
Cargos, Especialidades e Vagas

Cargos	Especialidades	Vagas	Vagas	Vagas	Total
Cargos		(AP)	(PCD)	(PN)	TOtal
Analista do MPU	Diversas (a definir)	a definir	a definir	a definir	a definir
Técnico do MPU	Diversas (a definir)	a definir	a definir	a definir	a definir
	Segurança Institucional	a definir	a definir	a definir	a definir

Cabe ressaltar que as especialidades estão elencadas no item 5.1 do Formulário anexo ao **Ofício nº 2656/2023/SG**.

Serão reservadas 10% (dez por cento) das vagas aos candidatos com deficiência, consoante previsão contida no art. 5º, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, e na Resolução nº 81, de 31 de janeiro 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Aos candidatos autodeclarados **negros** serão reservadas **20% (vinte por cento)** das vagas, nos termos da **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, e da Resolução CNMP nº 170, de 13 de junho de 2017**.

O **concurso público** em questão deverá ser realizado da seguinte forma:

Quadro-resumo atribuições

Etapa	Cargo	Responsabilidade
Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório	Todos	FGV
Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório	Todos (exceto para o cargo de Técnico - Segurança Institucional)	FGV
Teste de Aptidão Física, de caráter eliminatório	Somente para Técnico – Segurança Institucional	FGV
Avaliação Médica, de caráter eliminatório	Somente para Técnico – Segurança Institucional	FGV
Programa de Formação Profissional , de caráter eliminatório e classificatório	Somente para Técnico – Segurança Institucional)	MPU
Perícia Médica	FGV	FGV
Heteroidentificação	FGV	FGV

Cabe ressaltar que as **provas** do **concurso público** serão realizadas nas **26 capitais brasileiras** e no **Distrito Federal**.

2. PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO

A **FGV Conhecimento** estará disponível para prestar assessoria e assistência técnica ao longo das etapas de realização do **concurso público**, visando elucidar questões que sejam suscitadas pela **Comissão do MPU**.

A seguir, são detalhadas as etapas que integram o planejamento, a organização e a execução do **concurso público**, discriminando as atividades, responsabilidades e atribuições da **FGV Conhecimento**, assim como os procedimentos que serão adotados para a sua realização.

2.1 PLANEJAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO

A realização do **concurso público** necessita de interação entre o corpo técnico da **FGV Conhecimento** e a **Comissão** do **MPU**. Para tanto, a etapa de planejamento abrange:

- Reunião inicial com a Comissão do concurso público para estabelecer cronograma, data das provas, necessidades referentes ao conteúdo programático e recomendações de infraestrutura do concurso público;
- Definição do processo interativo de trabalho entre a Comissão e a FGV
 Conhecimento: e
- Apresentação inicial para a Comissão dos procedimentos de aplicação e segurança.

A **FGV Conhecimento** propõe também reuniões de acompanhamento com a participação da **Comissão**, que podem ocorrer por videoconferência, teleconferência ou de forma presencial, a serem agendadas pelas partes, com a finalidade de apresentar as etapas realizadas e divulgar relatórios contendo o total de inscritos e as atividades correlatas à execução do **concurso público**.

2.2 ELABORAÇÃO DO EDITAL

Nesta etapa, a **FGV Conhecimento** elaborará a **minuta do edital**, para ser discutida com a **Comissão do MPU**, e realizará a confrontação desta com as recentes jurisprudências sobre **concursos públicos**, com o intuito de minimizar eventuais questionamentos ao **edital**.

O edital conterá as normas a serem seguidas pelos candidatos, as atribuições, a remuneração, o número de vagas para os cargos, sua descrição e as habilitações, bem como a documentação e todos os prazos e procedimentos necessários para que o candidato possa efetuar sua inscrição, incluindo requisitos de investidura no cargo, datas prováveis de realização das provas, locais, horários, valores de inscrição, possibilidade de isenção da taxa de inscrição, e, ainda, os critérios de exclusão, de

avaliação, de pontuação e de classificação, entre outras informações pertinentes ao concurso público.

Cabe destacar que também serão indicadas no **edital** as formas e os prazos de interposição de recursos contra:

- Inscrição de candidatos;
- Isenção da taxa de inscrição;
- Negativa da solicitação de atendimento especial;
- Negativa de laudo dos candidatos inscritos como pessoa com deficiência;
- Negativa dos candidatos inscritos como pessoa negra;
- Gabarito oficial e resultado preliminar das provas objetivas;
- Resultado preliminar das provas escritas;
- Resultado preliminar do TAF;
- O Resultado preliminar da avaliação médica; e
- Resultado preliminar do curso de formação profissional.

A **FGV Conhecimento** receberá os recursos interpostos pelos candidatos em todas as etapas do **concurso público** e analisará o cabimento de cada um deles que sejam de sua responsabilidade. A partir de então, elaborará as respostas aos candidatos, tanto na área administrativa quanto na área acadêmica, por meio da convocação das bancas que atendam às solicitações dos recursos.

Cumpre mencionar que o **edital** do **concurso público** será elaborado pela **FGV** e deverá ser subscrito pelo **MPU** com a **FGV Conhecimento**.

2.3 DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

2.3.1 DIVULGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO

O **edital** e todas as informações e avisos oficiais sobre o **concurso público**, referentes às inscrições, locais, datas, horários de aplicação de provas, gabarito, resultados e

convocações, estarão disponibilizadas via internet, no *site* do **concurso público**, hospedado no *site* da **FGV Conhecimento**.

A **FGV Conhecimento** fornecerá os arquivos formatados para que o **MPU** realize todas as publicações no **Diário Oficial**, e também elaborará e submeterá para sua aprovação minutas de textos e comunicados que tenham que ser publicados.

O concurso público será divulgado seguindo os padrões de qualidade exigidos pela FGV Conhecimento. Todas as publicações deverão ter aprovação prévia da comissão do MPU.

2.3.2 COMUNICAÇÃO COM OS CANDIDATOS

As comunicações com os candidatos inscritos, referentes à confirmação de inscrição, horários, locais e datas de aplicação de provas, serão publicadas no *site* da **FGV Conhecimento**, onde estarão também os contatos telefônicos e os *e-mails* criados exclusivamente para atendimento aos candidatos.

A FGV Conhecimento disponibilizará uma Central de Atendimento, em horário comercial, composta por equipe treinada, que receberá os *e-mails* e telefonemas, por meio de um sistema 0800, responderá aos questionamentos em tempo hábil e, quando necessário, direcionará o candidato para o setor responsável. Esses canais de comunicação e a Central de Atendimento estarão disponíveis durante todas as etapas do concurso público.

2.4 INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

Os candidatos farão o preenchimento de sua inscrição preliminar *online* e terão, via *web*, acesso ao **edital** – contendo as normas do **concurso público** – e ao **Requerimento de Inscrição**, **disponível 24 horas**, ininterruptamente. O candidato preencherá o requerimento e imprimirá o boleto bancário, para pagamento da taxa de inscrição.

A FGV Conhecimento apenas receberá as inscrições realizadas até a data especificada no edital, no período de inscrição, de, pelo menos, 30 (trinta) dias. Durante esse período, os candidatos poderão solicitar isenção de pagamento da taxa de inscrição, conforme incisos I e II do art. 1º do Decreto nº 6.593, de 2/10/2008, bem como prevista na Lei n. º13.656, de 30/4/2018, com envio da documentação comprobatória descrita no edital.

Durante o período de inscrição, aqueles que se inscreverem e solicitarem atendimento especial, deverão fazer upload dos documentos, até a data determinada no edital, os laudos médicos comprobatórios, os quais serão conferidos pela **FGV Conhecimento**.

Poderão se inscrever ainda as pessoas negras que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela legislação em vigor, a candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova e os candidatos que queiram usar o nome social.

O resultado final das análises – das solicitações de **isenção**, da inscrição na condição de **pessoa com deficiência**, dos candidatos **autodeclarados negros**, das solicitações de **atendimento especial**, das **candidatas lactantes** e dos que **queiram usar o nome social** – será divulgado em tempo hábil para alocação de todos os candidatos e disponibilização do **Cartão de Confirmação de Inscrição** no prazo estabelecido, que conterá:

- Nome do candidato;
- Número de inscrição no concurso público;
- Número e origem do documento de identidade;
- Data de nascimento;
- O CPF;
- Cargo/especialidade a que concorre;
- Local, endereço, data, sala e horários das provas;
- Característica da vaga (ampla concorrência, cotistas ou PCD); e
- Observações necessárias.

Após o término das inscrições, a **FGV Conhecimento** procederá à **análise do banco de cadastro dos candidatos inscritos**, verificando se há duplicidade de nomes, homônimos, identificação de fraudadores em outros concursos públicos ou qualquer característica fora dos padrões considerados normais. Em seguida, encaminhará o banco de cadastro dos inscritos à **Comissão do Concurso Público** do **MPU** por meio eletrônico e/ou impresso.

2.5 EMISSÃO DE RELATÓRIOS

A elaboração de relatórios ao longo da realização do **concurso público** permitirá maior interação entre a **Comissão do Concurso Público** e a **FGV Conhecimento**. Durante o período de inscrições, será elaborado relatório contendo o levantamento e o controle das taxas de inscrição recolhidas.

Terminada a fase de inscrições e a de apuração dos requerimentos, será realizado, inicialmente, o cadastramento digital dos candidatos inscritos, por meio de um sistema informatizado, que culminará na emissão dos relatórios mostrados na **Figura 2.5.1**.

Figura 2.5.1
Relatórios a serem emitidos



Ressalta-se que os relatórios serão discutidos e acordados nas reuniões de acompanhamento, conforme previsto no **item 2.1** desta proposta.

2.6 ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO, EMPACOTAMENTO E SEGURANÇA DAS PROVAS

2.6.1 ELABORAÇÃO DAS PROVAS

Para a elaboração das provas, será observado o planejamento estipulado entre a **FGV Conhecimento** e a **Comissão do Concurso público**, conforme o disposto no **item 2.1** desta proposta.

Neste concurso público serão aplicadas provas objetivas e provas escritas, conforme descrito a seguir:

Analista do MPU (Todas as especialidades)

- Prova Objetiva: 80 (oitenta) questões, sendo 30 (trinta) questões de conhecimentos gerais, 50 (cinquenta) questões de conhecimentos específicos; e
- Prova Escrita: Redação de até 30 (trinta) linhas.

Técnico do MPU (Todas as especialidades)

- Prova Objetiva: 80 (oitenta) questões, sendo 30 (trinta) questões de conhecimentos gerais, 50 (cinquenta) questões de conhecimentos específicos; e
- Prova Escrita: Redação de até 30 (trinta) linhas.

As provas objetivas e discursivas de um mesmo cargo deverão ser realizadas em um único turno.

As disciplinas nas quais se basearão os conteúdos das provas serão detalhadas pelo **MPU** com a **FGV Conhecimento**.

A **FGV** prepara cada concurso de forma diferenciada, partindo do princípio de que os candidatos deverão ser avaliados de acordo com os conhecimentos e as competências

necessárias para desenvolver as atividades previstas em cada cargo e especialidade, conforme as necessidades e o contexto do órgão público em que vão ser exercidas.

Esse entendimento implica a construção de cada prova como um instrumento de medida capaz de discriminar os candidatos com melhor desempenho em relação aos demais, de acordo com as competências levantadas e as metas estabelecidas.

Para tal, é essencial que representantes da instituição contratante tracem os objetivos a serem alcançados e participem ativamente, em conjunto com os especialistas da **FGV**, da definição da abordagem que será dada à avaliação e dos conteúdos programáticos que nortearão a aferição dos conhecimentos necessários.

A fim de que o resultado seja válido, as provas devem colher uma amostra estatisticamente significativa do conhecimento do candidato. Isso significa que a **FGV** favorece provas que levem em conta a análise dos diferentes conhecimentos contemplados pelo conteúdo programático e a importância de cada tema na composição final.

A prova, de um modo geral, deverá centrar-se em conceitos fundamentais e na aplicação destes, envolvendo a avaliação de raciocínios complexos. A **FGV** considera que o resultado da prova não deve limitar-se a refletir um desempenho pontual, e sim funcionar como um indicador da capacidade de aprendizado contínuo. Para isso, contribuem, por exemplo, o emprego de questões envolvendo a capacidade analítica e o pensamento crítico, no módulo específico, e o segmento de língua portuguesa, que dimensiona o uso funcional da linguagem em diferentes situações comunicativas.

Estabelecidas as diretrizes iniciais, compõe-se a banca examinadora, integrada por professores e profissionais altamente especializados, referência em suas áreas de atuação, com mestrado, doutorado e experiência em **concursos públicos**, selecionados a partir da experiência de ensino e dos conhecimentos exigidos para o teste.

Como a **FGV** considera fundamental que os conteúdos programáticos sejam preparados e adequados a cada situação de avaliação, os especialistas da banca integram as

atividades já nessa etapa inicial, que parte dos quesitos estabelecidos pelo cliente e pela coordenação acadêmica.

A segunda etapa trata da elaboração das questões. Para garantir questões de alta qualidade, a equipe acadêmica da **FGV** proporciona toda a orientação e o apoio técnico necessários aos professores. As questões são produzidas de modo a avaliar diferentes habilidades cognitivas, que vão da memorização à aplicação do conhecimento em situações novas e ao julgamento crítico; e vários níveis de dificuldade, definidos em função das competências levantadas e do público-alvo.

Todos os procedimentos são coordenados pela **FGV**, de acordo com rígidas normas de segurança que asseguram a manutenção do sigilo nas várias fases de desenvolvimento dos testes, da elaboração até a impressão do material definitivo. O fato de que cada especialista da banca tem contato somente com as questões do seu segmento de atuação garante a segurança da informação, já que nenhum dos profissionais tem contato com toda a prova.

Em uma terceira etapa, as questões são analisadas por uma equipe de profissionais da área, nos mesmos moldes descritos acima, que valida o conteúdo e seleciona aquelas que mais provavelmente integrarão a prova. Segue-se a revisão de ordem técnica, em que são verificadas a consistência lógica, a adequação ao público-alvo, a clareza e a correção da linguagem, entre outros fatores.

A quarta etapa trata da preparação de tipos diferentes de gabarito, determinados pelo número de candidatos inscritos. As questões são embaralhadas aleatoriamente, resultando na produção de até **4 (quatro) versões diferentes** de provas com respostas em ordem distinta, dificultando a "cola" no momento da aplicação.

Tanto os conteúdos programáticos quanto as provas são preparados especificamente para o concurso, o que constitui mais um diferencial importante. A **FGV** não trabalha, em hipótese alguma, com banco de questões, por motivos de ordem acadêmica, como mencionado, e de segurança.

Serão elaboradas provas especiais para os candidatos inscritos como **pessoas com deficiência**, mantendo as condições de igualdade com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, ao horário e local de aplicação das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação e à nota mínima exigida.

Cada membro da **banca examinadora** assinará **termo de compromisso** responsabilizando-se pelo sigilo do concurso público, declarando não ter conhecimento da participação de parentes até o terceiro grau no certame e não possuir vínculo profissional com instituições que ofereçam cursos preparatórios para concursos e processos seletivos.

Após a elaboração das provas, todo o material do **concurso público** é transferido para o parque gráfico por meio magnético/ótico, com arquivos criptografados, em alta definição. São adotados critérios rigorosos de segurança para o *software*/programa de diagramação das provas, que envolvem, no processo de desenvolvimento, a junção entre texto, ilustrações vetoriais e imagens, adequando esteticamente e tecnicamente o documento, de forma que possa ser impresso com qualidade e legibilidade.

2.6.2 IMPRESSÃO E EMPACOTAMENTO DAS PROVAS

Nesta etapa, serão impressas e empacotadas todas as provas, por local de aplicação e sala, bem como todo o material de apoio necessário. As impressões serão realizadas em um número maior do que a quantidade total de candidatos inscritos (reserva técnica) e distribuídas pelos locais de provas.

A **FGV Conhecimento** também elaborará e imprimirá o material de aplicação e listas de candidatos, que serão utilizados no **concurso público**, envolvendo a criação gráfica, composição e padronização, bem como todos os procedimentos de empacotamento e distribuição.

2.6.3 SEGURANÇA NA IMPRESSÃO E EMPACOTAMENTO DAS PROVAS

As provas são impressas em ambiente de alta segurança, totalmente monitorado por circuito de câmeras filmadoras com gravação ininterrupta, acessos vistoriados por segurança 24 horas por dia e detectores de metais e revistas nos momentos de entrada e saída dessas áreas.

No momento da impressão, além da utilização das câmeras, os funcionários usam macacão sem bolso e são vigiados por seguranças. Cada entrada e saída do local de impressão requer autorização dos seguranças e confirmação digital.

O empacotamento das provas ocorre no mesmo local da impressão, e, por isso, também é totalmente filmado por câmeras e vigiado, com a presença de seguranças no ambiente de sua realização. O empacotamento é feito considerando todos os rígidos aspectos de segurança necessários a um evento desta importância.

As provas são envelopadas em sacos plásticos opacos, selados e identificados por sala de aplicação. Os envelopes contendo as provas são acondicionados em malotes de lona invioláveis com lacres de aço numerados. As provas são armazenadas em local monitorado até sua saída para o local de prova, garantindo-se, assim, a **segurança** e o **sigilo absoluto** indispensáveis ao **concurso público**.

2.6.4 SEGURANÇA NO TRANSPORTE DAS PROVAS AOS LOCAIS DE APLICAÇÃO

O transporte das provas obedece a um rigoroso processo de segurança. As provas são transportadas de forma segura, dentro de malotes lacrados, protegidos e ultra resistentes, havendo ainda o acompanhamento do **Coordenador de Local** responsável acompanhado de um responsável pelo certame.

Após a chegada do transporte com as provas nos locais de aplicação, os malotes lacrados ficam sob a responsabilidade do **Coordenador de Local** e do **Segurança Local**, que os guardam em local seguro e apropriado. Haverá vigilância durante todo o período que antecede a aplicação das provas do concurso público.

Após a aplicação das provas, as **Folhas Óticas de Respostas e as folhas de texto definitivos** serão lacradas novamente em malotes, protegidos e ultra resistentes, recebendo tratamento e transporte semelhantes aos utilizados na aplicação e distribuição das provas.

2.6.5 SEGURANÇA NOS LOCAIS DE PROVA E COLETA DIGITAL

A FGV Conhecimento dispõe de milhares de detectores de metais para o concurso público. No dia de aplicação das provas, os candidatos serão submetidos aos detectores de metais em todas as salas de aplicação de provas, nos corredores e nos banheiros, de modo que todo candidato será vistoriado a cada entrada e a cada saída da sala de realização das provas e/ou dos banheiros. Um Fiscal Volante acompanhará o candidato na saída da sala até a entrada no banheiro.

O candidato acondicionará celulares e outros itens não permitidos em envelopes disponibilizados pela **FGV Conhecimento** para esta finalidade e os guardará em local indicado.

Dentro do procedimento de segurança, a **FGV Conhecimento** fará a captura da assinatura de todos os candidatos na própria **Folha Ótica de Respostas**, durante a realização das provas, bem como utilizará coleta de digitais. Este procedimento tem como finalidade inibir e/ou identificar candidatos que pretendam ou venham a cometer atos de falsidade ideológica ou fraude.

2.7 LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA DE APLICAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Após a elaboração do **edital**, recebimento e processamento das inscrições e análise dos pareceres dos candidatos inscritos como **pessoas com deficiência**, a **FGV Conhecimento** proverá a infraestrutura necessária para a realização das **provas** do **concurso público**, conforme a **Figura 2.7.1** e as atividades listadas:

Figura 2.7.1

Atividades necessárias para a realização do Concurso público



- Levantamento e contratação dos locais necessários e adequados para a aplicação das provas, responsabilizando-se a FGV Conhecimento pelas despesas de locação. Todos os locais contratados terão infraestrutura adequada para o conforto dos candidatos. A FGV Conhecimento buscará salas amplas, arejadas ou com ar-condicionado. A relação dos locais selecionados será previamente encaminhada ao MPU;
- Os locais de aplicação das provas terão infraestrutura adequada para permitir a boa acomodação física e facilidade de acesso a todos os candidatos, inclusive dos candidatos com deficiência e mobilidade reduzida, no dia de realização da prova, garantindo facilidade de acesso com rampas, elevadores e outros equipamentos adequados para o atendimento e acesso de forma segura e ideal, bem como salas específicas com estrutura e mobiliário adequados à acomodação do candidato com deficiência, daqueles com mobilidade reduzida, e de outros que tenham solicitado condição especial para a realização das provas no momento da inscrição, ou posteriormente;

- As salas específicas para a realização das provas possuirão estrutura e espaço físico adequados à acomodação dos candidatos, com ventilação e iluminação, ou climatização (nesta última situação, todas as salas utilizadas deverão oferecer a mesma condição de climatização e perfeito funcionamento dos equipamentos), bem como estarão em perfeitas condições de higiene, limpeza, conservação, mobília individual adequada para destro e canhoto, de mesmo padrão e apresentação (em cada sala), em número compatível com o tamanho da sala, e outras condições especiais de acomodação solicitadas, além do espaço e mobiliário (mesa e cadeira) destinado à acomodação dos fiscais de sala;
- Os locais de aplicação das provas conterão, ainda, bebedouros e banheiros com acessibilidade para candidatos com deficiência, bem como, disponibilizarão papel higiênico, sabonete e papel toalha para as mãos;
- A FGV Conhecimento disponibilizará, nos locais de realização das provas: espaço físico com estrutura para atendimento e acomodação de lactantes e seus acompanhantes e espaço físico com estrutura para acomodação da Comissão do Concurso e representantes do MPU;
- A FGV Conhecimento tomará as providências necessárias junto às Empresas de Energia Elétrica, Abastecimento de Água, Transporte Público, Trânsito e Segurança Pública, nas cidades de aplicação, para que os respectivos serviços sejam mantidos no dia da aplicação das provas;
- Elaboração e impressão de instruções para treinamento do pessoal de fiscalização e de apoio, a fim de que o concurso público tenha uma orientação uniforme em todos os locais de aplicação das provas;
- Elaboração de material de apoio para o fiscal, incluindo lista de presença, ata de abertura, ata de aplicação, ata de ocorrência, avisos a serem afixados na sala, se necessário, envelopes para guarda de celulares, entre outros;
- Alocação e contratação de pessoal para aplicação das provas, envolvendo:

		Coordenador Geral da FGV Conhecimento;
		Coordenador de Local em cada local onde haverá aplicação de prova;
		Auxiliar de Local por unidade de aplicação de provas;
		Fiscais de Aplicação por sala;
		Fiscais Volantes para acompanhamento dos candidatos ao banheiro,
		munidos com detector de metal;
		Profissional de Enfermagem por unidade de aplicação de provas;
		Porteiro por unidade de aplicação de provas;
		Segurança por unidade de aplicação de provas; e
		Serventes (apoio), para cada local de prova.
0	A F	GV Conhecimento é bastante criteriosa na seleção de sua equipe de
	apli	cação, designando pessoal com experiência e desempenho adequados
	às :	suas funções;
0	Os	Coordenadores de Locais, Auxiliares de Locais, Fiscais de Aplicação
	e I	Fiscais Volantes receberão treinamento exclusivo para atuação no
	cor	ncurso público. O treinamento ocorrerá nos locais de aplicação das
	pro	vas e será dividido em etapas que abrangerão todos os assuntos
	refe	erentes ao dia da aplicação da prova, bem como o comportamento
	esp	erado e a apresentação de soluções de eventuais imprevistos já
	vive	enciados na aplicação de outros concursos públicos ;
0	Cad	da local de aplicação terá uma listagem geral de todos os candidatos
	inso	critos no concurso público , em ordem alfabética, contendo o número de
	inso	crição, nome, data, local e horário em que será realizada a prova, assim
	con	no será colocada, pela FGV Conhecimento , sinalização adequada nos
	loca	ais de aplicação das provas, dando maior comodidade aos candidatos na
	loca	alização de suas respectivas salas de prova;
0	Nas	s Folhas Óticas de Respostas , o tipo de prova aparecerá impresso, além
		seguintes dados:
		<u> </u>
		Número de inscrição;

□ Nome do candidato;

A F	GV Conhecimento proporcionará o apoio logístico em relação às sala
	Local de realização da prova.
	Número do documento de identidade; e
	Cargo a que concorre;
	Tipo de gabarito;

- A FGV Conhecimento proporcionará o apoio logístico em relação às salas de aplicação; e
- A FGV Conhecimento disponibilizará uma equipe especializada para capacitação dos colaboradores que vão atuar no dia do Concurso. Esta equipe será responsável pela padronização dos procedimentos definidos pela FGV Conhecimento e pelo MPU, a fim de garantir a isonomia no tratamento dos candidatos e assegurar que o dia de aplicação transcorra com tranquilidade, eficiência e sem intercorrências significativas.

Para transmissão dos procedimentos de aplicação serão desenvolvidas folhas instrutivas e manuais de capacitação direcionados aos diferentes perfis de colaboradores: Coordenadores Estaduais, Coordenadores Municipais, Coordenadores de Local de Aplicação, Coordenadores Itinerantes, Seguranças da Aplicação, Profissionais de Saúde, Profissionais de Atendimento Especializado, Fiscais Volante, Fiscais de Banheiro e Equipes de Apoio. As responsabilidades e especificidades de cada cargo serão descritas, de forma detalhada, dentro dos impressos e com a devida antecedência os mesmos serão transmitidos aos colaboradores.

Abaixo é apresentado parte do projeto de diagramação desenvolvido pela **FGV Conhecimento** para o **Manual de Concursos**, **Figura 2.7.2**, bem como a relação de capítulos que compõe o seu índice.

Figura 2.7.2 - Manual de Concursos



ÍNDICE

EQUIPE DE APLICAÇÃO

- Responsabilidades específicas da Equipe
- Capacitação dos Coordenadores

MATERIAIS USADOS NA APLICAÇÃO

- O Caixa de material administrativo e de capacitação
- Detectores de metais
- Malotes de segurança
- Material para sinalização do local de aplicação

CHEGADA NO LOCAL E ORGANIZAÇÃO DA EQUIPE

- O Capacitação da Equipe de Aplicação
- O Conferência e organização dos materiais de aplicação
- Abertura dos portões
- Envelope Porta-Objetos
- Identificação dos examinandos
- Identificação Especial
- Atendimento Especializado
- Candidatas Lactantes
- Candidatos Armados
- Candidatos Incluídos
- Sala Extra

- Abertura dos malotes de segurança e fechamento dos portões
- Distribuição das provas

INÍCIO DA APLICAÇÃO DA PROVA

- Coleta de digital
- Levantamento do quantitativo de examinandos
- Saída sem o Caderno de Questões
- Saída com o Caderno de Questões

TÉRMINO DA PROVA

- Conferência dos materiais pelas equipes
- Fechamento dos malotes

CONTINGÊNCIAS

Mediante análise do índice acima, nota-se o comprometimento da **FGV Conhecimento** com a produção dos manuais de capacitação e disseminação do conhecimento adquirido à sua equipe de colaboradores. Para atingir, de forma mais assertiva, um determinado público, a instituição também solicita que a equipe especializada desenvolva apresentações em Power Point e produza vídeos animados que reforcem os procedimentos de aplicação.

2.8 PROCESSO DE APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS

2.8.1 PROCESSO DE APLICAÇÃO

As provas serão realizadas simultaneamente em todos os locais de aplicação, observados os seguintes procedimentos principais:

Os malotes de lona inviolável, contendo os envelopes lacrados com as provas de cada sala, serão transportados para os locais de aplicação e entregues ao Coordenador de Local. Os malotes serão mantidos fechados até antes do início da prova, quando serão abertos na presença de três candidatos e do Coordenador de Local, que assinarão uma ata testemunhando a inviolabilidade dos malotes. Após a lavratura da Ata de Abertura dos malotes, os envelopes contendo as provas serão entregues aos Fiscais de

Aplicação, com a orientação de mantê-los lacrados em cima da mesa até a autorização do **Coordenador de Local** para a sua abertura e distribuição aos candidatos:

- Além dos malotes de prova, os Coordenadores de Local receberão todo o material de apoio, como impressos, listagens de presença, Folhas Óticas de Resposta e as folhas de textos definitivos personalizadas;
- Ao chegar à sala de prova, o candidato será recebido por um **Fiscal de Aplicação**, que o identificará e lhe entregará o material necessário para a prova, orientando-o a assinar nos locais determinados. Observa-se que haverá uma equipe de orientação aos candidatos, circulando no local de aplicação de prova;
- O fechamento dos portões na hora da aplicação será acompanhado pelo Coordenador de Local e pelo Auxiliar de Local, além de dois candidatos testemunhas, e quando possível, por um membro da Comissão do Concurso público;
- A sala de aula, utilizada para a realização da prova, contará com Fiscais de Aplicação para garantir a segurança no momento da aplicação das provas;
- Serão disponibilizadas salas exclusivas para candidatas lactantes e para aqueles que solicitaram condições especiais para a realização das provas, além das facilidades que a FGV Conhecimento disponibilizará, conforme demonstrado abaixo na Figura 2.8.1.1:

Figura 2.8.1.1

Facilidades disponíveis aos candidatos inscritos como pessoa com deficiência



- Após o término da prova, o candidato entregará ao Fiscal de Aplicação a Folha Ótica de Respostas, preenchida e assinada no local determinado, e assinará a lista de presença;
- Encerradas as provas, os Fiscais de Aplicação conferirão as Folhas Óticas de Respostas com a listagem de presença, levando o material ao Coordenador de Local, somente sendo liberados após nova conferência do material recebido. O material será recolhido e levado à Coordenação Geral, onde será conferido novamente para os trabalhos de leitura ótica, crítica, correção e processamento;
- As Folhas Óticas de Respostas e as Folhas de textos definitivos serão envelopadas e lacradas. A condução do material à sede da organizadora será feita também em veículos especificamente designados para este fim, que contarão com a segurança necessária;
- Em cada unidade de realização de provas haverá seguranças devidamente treinados, tanto para a condução da aplicação quanto para a garantia da segurança do transporte do material de aplicação. Além disso, a FGV Conhecimento encaminhará aos órgãos pertinentes, ofícios solicitando apoio no dia da prova, tais como Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Departamento de Trânsito;

0	Par	ra os candidatos que solicitarem provas especiais, a FGV Conhecimento
	forr	necerá os equipamentos adequados/necessários para os candidatos com
	def	iciência física, dentre eles:
		Prova ampliada;
		Leitura de Prova;
		Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Libras;
		Auxílio para Transcrição/Manuseio das Provas;
		Uso do Computador - Redação (ferramentas de correção/verificador
		ortográfico são desativados);
		Programa de Leitura de NVDA (NonVisual Desktop Access);
		Zoom Text (ampliação ou leitura); e
		Demais equipamentos/instrumentos necessários.

2.8.2 PROCESSO DE CORREÇÃO

No caso da **prova objetiva**, a **FGV Conhecimento** fará a leitura das **Folhas Óticas de Respostas**, as quais serão verificadas duas vezes por diferentes grupos de funcionários, garantindo sua correta leitura.

Após a aplicação das **provas objetivas**, os gabaritos serão imediatamente preparados para divulgação, e duplamente conferidos, para garantir a qualidade do processo antes da sua publicação preliminar.

O total de redações corrigidas para todos os cargos somados está previsto em **10.000** (dez mil) redações.

Para o cargo de **Técnico do MPU – Segurança Institucional** serão convocados os **500** (quinhentos) candidatos melhor classificados para as etapas posteriores à prova discursiva.

Para correção das **Provas Discursivas (Redação)**, as **Folhas de Texto Definitivos** serão digitalizadas e, através de sistema próprio, encaminhadas à **Banca Examinadora** para a devida correção.

A **FGV Conhecimento**, após a aplicação das provas e divulgação dos resultados, encaminhará à **Comissão de Concurso** uma versão de cada prova aplicada, além de publicar as provas no seu *site*.

2.9 TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

A FGV Conhecimento realizará o teste de aptidão física (TAF) aos candidatos inscritos para o cargo de Técnico do MPU - Segurança Institucional, e aprovados na prova objetiva, sendo convocados os 500 (quinhentos) primeiros candidatos, considerados os empatados.

A etapa será realizada por profissionais comprovadamente certificados na área de educação física e será realizada nas 26 capitais e no Distrito Federal.

O **TAF** consistirá em teste de aptidão física composto por barra fixa, flexão de braço, flexão abdominal e corrida.

Os candidatos deverão submeter **atestados médicos** para comprovarem que possuem as condições físicas essenciais para a realização da prova.

Os candidatos que obtiverem a pontuação mínima de classificação prevista no edital, de acordo com sua facha etária, será considerado **apto**, e prosseguirá para as demais etapas do concurso público.

Serão elaborados em conjunto pela **FGV** e a **Comissão do concurso**, os **editais** e os **avisos oficiais** necessários ao conhecimento dos candidatos sobre a **etapa**.

2.10 AVALIAÇÃO MÉDICA

A FGV Conhecimento realizará a avaliação médica aos candidatos inscritos para o cargo de Técnico do MPU - Segurança Institucional e aprovados no Teste de Aptidão Física.

Esta etapa deverá aferir a saúde do candidato para o exercício das atribuições do cargo, com exames laboratoriais, RX toráx, PA e perfil, prova pulmonar, oftalmológico e audiometria, e será realizada nas **26 capitais** e no **Distrito Federal**.

Os candidatos que obtiverem a pontuação mínima de classificação prevista no edital, de acordo com sua facha etária, será considerado **apto** e prosseguirá para as demais etapas do concurso público.

Serão elaborados em conjunto pela **FGV** e a **Comissão do concurso**, os **editais** e os **avisos oficiais** necessários ao conhecimento dos candidatos sobre a **etapa**.

2.11 CONFERÊNCIA DE LAUDOS PARA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA

O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas a **pessoas com deficiência** deverá enviar **laudo médico** para a **FGV Conhecimento** durante o período de inscrição. O **laudo** será conferido, e a **FGV Conhecimento** publicará a lista preliminar dos candidatos identificados como aptos e inaptos. Aos candidatos inaptos será possibilitada a interposição de recursos, cuja sistemática de recebimento será também de responsabilidade da **FGV Conhecimento**. Esses recursos serão encaminhados para nova análise e parecer final, que será disponibilizado no site da **FGV Conhecimento**.

Cabe ressaltar que o setor responsável pelo deferimento dos candidatos à reserva de vagas para **pessoas com deficiência** realiza apenas a análise formal dos laudos recebidos, com vistas à certificação de que estão em conformidade com as normas editalícias (documento original ou cópia autenticada em cartório, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da **Classificação Internacional de Doenças – CID**).

A verificação sobre a qualificação dos candidatos inscritos como **pessoas com deficiência** ocorrerá somente na ocasião da **perícia médica**, nas **26 capitais** e no **Distrito Federal**, sob responsabilidade da **FGV Conhecimento**.

Para a perícia médica, o **MPU** indicará **3 (três)** servidores, nos termos do artigo 43 do Decreto 3.298/1999, para compor equipe multiprofissional a fim de acompanhar, juntamente com a **FGV Conhecimento**, a perícia médica dos candidatos inscritos como pessoa com deficiência. Caso seja necessária a composição de mais de uma equipe multiprofissional, o **MPU** deverá indicar 3 (três) servidores atuantes no cargo oferecido, para cada equipe multiprofissional composta. Os servidores que serão indicados para a perícia médica serão remunerados pela **FGV Conhecimento**.

2.12 PROCEDIMENTOS CONCERNENTES ÀS VAGAS RESERVADAS A CANDIDATOS NEGROS

Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos afrodescendentes aqueles que assim se autodeclararem, no ato da inscrição do **concurso público**, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**.

Será verificada a veracidade da autodeclaração dos candidatos com avaliação presencial e filmagem, nas **26 capitais** e no **Distrito Federal**, em dia e horário estipulados, sob responsabilidade da **FGV Conhecimento**.

Serão exigidos documentos, de modo a buscar elementos para se aferir a condição do candidato, tais como:

- Documento de identificação utilizado para a inscrição;
- Formulário de autodeclaração, publicado no site da FGV, a fim de ser confrontado com o fenótipo declarado;
- Declaração assinada perante a Comissão de Concurso; e
- Cópia da certidão de nascimento.

Comprovando-se falsa a declaração, o candidato será eliminado do **concurso público** e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua nomeação, após procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

3. RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO

A **FGV Conhecimento** elaborará e disponibilizará em seu *site* todas as informações sobre resultados do **concurso público**.

O Resultado Final do concurso público será homologado pelo Ministério Público da União e divulgado no Diário Oficial, sob as expensas do MPU.

A partir da data de homologação do **Resultado Final** do **concurso público**, a **FGV Conhecimento** manterá em seus arquivos, pelo prazo de validade do **concurso**, toda a sua documentação pertinente. Após este período, não havendo processos judiciais relacionados aos **certames**, todo o material será enviado à **Ministério Público da União**.

4. APOIO TÉCNICO

Durante a execução de todas as etapas do **concurso público**, a **FGV Conhecimento** realizará, nos limites de sua atuação, o levantamento e encaminhamento de subsídios necessários para defesa administrativa ou judicial do **Ministério Público da União**. A disponibilidade para o fornecimento dos subsídios mencionados permanecerá válida mesmo após o período de vigência do contrato a ser firmado entre as partes.

A fim de garantir a plena execução dos serviços, a **Fundação Getulio Vargas** poderá disponibilizar assessoria jurídica no dia da aplicação da prova, no local com maior número de inscritos, com a finalidade de receber eventuais oficiais de justiça e dirimir aspectos jurídicos.

5. PRAZO E CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

Para a realização dos serviços que constituem o objeto da presente proposta, a **FGV** desenvolverá um **cronograma estimado**, a ser avaliado pela **Comissão do MPU**, o qual poderá ser alterado em comum acordo entre as partes.

Alterações substanciais deverão ser comunicadas tanto pela equipe de trabalho da **FGV Conhecimento** quanto pelo do **MPU** e serão documentadas por meio de correspondência oficial à outra parte interessada, para análise e validação, para que, a partir de então, tais alterações sejam devidamente formalizadas.

A conclusão do projeto se dará a partir da homologação do **Resultado Final** do **concurso público.**

6. PRAZO E VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta de prestação de serviços da **Fundação Getulio Vargas** tem validade de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de seu encaminhamento.

7. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **Fundação Getulio Vargas** compromete-se a planejar, organizar e executar as atividades relativas aos serviços técnicos especializados para a execução do **concurso público** solicitado pelo **MPU**, e para tanto propõe os seguintes valores escalonados:

Número de inscrições confirmadas (N)	Valor a ser pago à contratada	Valor a ser cobrado por inscrição excedente
Até 100.000	R\$ 7.080.000,00	-
De 100.001 a 150.000	R\$ 7.080.000,00 + R\$ 42,80 x (n-100.000)	R\$ 42,80
De 150.001 a 200.000	R\$ 9.220.000,00 + R\$ 41,80 x (n-150.000)	R\$ 41,80
De 200.001 a 250.000	R\$ 11.310.000,00 + R\$ 40,80 x (n-200.000)	R\$ 40,80
De 250.001 a 300.000	R\$ 13.350.000,00 + R\$ 39,80 x (n-250.000)	R\$ 39,80
De 300.001 a 350.000	R\$ 15.340.000,00 + R\$ 28,95 x (n-300.000)	R\$ 28,95
Acima de 350.000	R\$ 16.787.500,00 + R\$ 28,80 x (n-350.000)	R\$ 28,80

O cálculo do **valor total** a ser pago à **FGV** somente será conhecido ao término das inscrições e será resultado da multiplicação do nº de candidatos conforme tabela acima.

A seguir planilha de composição de custos detalhada, conforme solicitado, para a estimativa de 340.000 candidatos:

Item	Rubricas	Valor Cobrado	
1	Planejamento, coordenação, organização e seleção dos especialistas que compõem a Banca Acadêmica; Elaboração dos itens e revisão de conteúdo; Correção; Análise e respostas aos recursos;	R\$	1.065.821,00
1.1	Elaboração de provas objetivas do cargo de Analista do MPU;	R\$	675.949,00
1.2	Elaboração de provas objetivas do cargo de Técnico do MPU;	R\$	107.848,00
1.3	Correção de provas objetivas do cargo de Analista do MPU;	R\$	45.600,00
1.4	Correção de provas objetivas do cargo de Técnico do MPU;	R\$	74.400,00
1.5	Elaboração de provas discursivas do cargo de Técnico do MPU;	R\$	4.430,00
1.6	Elaboração de provas discursivas do cargo de Analista do MPU;	R\$	5.696,00
1.7	Correção de provas discursivas do cargo de Analista do MPU;	R\$	57.721,00
1.8	Correção de provas discursivas do cargo de Técnico do MPU;	R\$	94.177,00
2	Inscrição, ensalamento, recepção, triagem, análise e processamento de documentos e imagens (Isenção, PcD, Negro, Hipossuficiente, Nome Social e outros), análise de recursos, back office e infraestrutura de TI e Comunicação (TIC)	R\$	258.227,00
3	Divulgação do concurso e comunicação aos candidatos	R\$	63.291,00
4	Materiais administrativos, produção gráfica, impressão de provas, manuseio e empacotamento dos materiais de aplicação e provas	R\$	2.518.582,00
5	Seleção dos locais, visitas, locação e limpeza dos locais de aplicação de provas	R\$	3.472.101,00
6	Inteligência, transporte, segurança e armazenamento de provas	R\$	1.124.911,00
7	Coordenadores estaduais, municipais, coordenadores de locais, chefes de sala, aplicadores, fiscais, fiscais volantes e apoio e lanche	R\$	6.165.662,40
8	Procedimento de Heteroidentificação e Perícia Médica	R\$	204.759,00
9	Realização do Teste de Aptidão Física por pessoa para o cargo De Técnico do MPU/Segurança Institucional.	R\$	512.658,00
10	Realização da Avaliação Médica por pessoa para o cargo de Técnico do MPU/Segurança Institucional.	R\$	66.455,00
11	Operação reversa - triagem e digitalização de documentos e provas (leitura ótica) / múltipla escolha, equipamentos computacionais, programas específicos para processamento de dados e resultados e armazenagem dos documentos	R\$	1.045.822,00
	Total	R\$	16.498.289,40

O **MPU** definirá as taxas de inscrição e arrecadação será em conta do Tesouro Nacional.

O pagamento da **FGV** será da seguinte forma:

 1ª Parcela: Valor: 25% (vinte cinco por cento) - Entrega 1: Fechamento do Cadastro de Inscritos

- 2ª Parcela: Valor: 10% (dez por cento) do valor do Contrato Entrega 2: aplicação das provas objetivas e discursivas
- 3ª Parcela: Valor: 10% (dez por cento) do valor do Contrato Entrega 3: aplicação do Teste de Aptidão Física
- 4ª Parcela: Valor: 20% (vinte por cento) do valor do Contrato Entrega 4: homologação do resultado do concurso para os cargos de Analista do MPU e de Técnico do MPU, todas as especialidades exceto Segurança Institucional
- 5ª Parcela: Valor: 10% (dez por cento) do valor do Contrato Entrega 5: aplicação da Avaliação Médica
- 6ª Parcela: Valor: 15% (vinte por cento) do valor do Contrato Entrega 6: homologação do resultado do concurso para o cargo de Técnico do MPU/Segurança Institucional;
- 7ª Parcela: Valor: 10% (dez por cento) do valor do Contrato Entrega 7: relatórios dos resultados finais do Concurso.

O valor destinado à **FGV** como remuneração pelos serviços prestados constantes dessa proposta cobrirá todas as despesas com o concurso público, não cabendo ao **MPU** qualquer outro desembolso, exceto os que, por sua natureza, são de sua responsabilidade, ou que não especificados como serviços desta proposta.

Não haverá isenção/redução do pagamento dos valores das taxas de inscrição, exceto para os casos previstos na legislação em vigor, cujo ônus caberá à **FGV**, já incluso nos valores acima.

8. OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

O Ministério Público da União tem como obrigações:

- Fornecer, nos prazos estabelecidos entre as partes, todas as informações que se fizerem necessárias sobre o concurso público que possibilitem à FGV Conhecimento o cumprimento integral desta proposta;
- Proporcionar as facilidades necessárias para que a FGV Conhecimento possa executar os serviços contratados dentro das normas estabelecidas;

- Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos da FGV Conhecimento, por meio da Comissão do Concurso público ou de representante credenciado, para esclarecimento de dúvidas, prestação de informações e o que mais for necessário ao bom andamento do concurso público;
- Realizar as publicações oficiais devidas;
- Realizar o Curso de Formação Profissional para o cargo de Técnico do MPU – Segurança Institucional;
- Homologar os resultados do concurso público; e
- Emitir atestado de capacidade técnica e logística para a FGV Conhecimento.

9. CLÁUSULAS RECOMENDADAS

A **FGV** recomenda a inclusão das seguintes cláusulas contratuais caso venha a ser contratada, e ressalta, ainda que, preza pela tenacidade exigida na realização de Certames. Sendo assim, devido à especificidade e rigor desse **concurso público**, caso for necessário a equipe competente recorrerá à contratação de profissionais especializados para banca examinadora, bem como para atividades acessórias.

CLÁUSULA Xy – Da Proteção de Dados Pessoais

- Xy.1. Legislação aplicável e definições. As operações de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito desta proposta e/ou instrumento contratual, se aplicável, ocorrerão conforme a legislação brasileira de proteção de dados pessoais, outras leis e normas correlatas, além do abaixo disposto, observadas as terminologias da Lei 13.709/2018 ("LGPD") e o seguinte:
- (i) "Certame" será entendido como qualquer Concurso, Exame ou Avaliação do qual a CONTRATADA fizer parte como organizadora, seja de forma parcial (não relativa a todas as suas etapas) ou integral (relativa a todas as suas etapas);
- (ii) "Cadastrado(a)" será entendido como o(a) cadastrado(a) em sistema de Certame, que devidamente se registrou na Plataforma da FGV Conhecimento, mas ainda não manifestou interesse em um Certame específico. Já o(a) "Interessado(a)" será entendido(a) como aquele(a) que, após o cadastro, realize qualquer ato previsto no Edital de um Certame específico oferecido na

Plataforma FGV Conhecimento (ex.: pedido de inscrição), independente do deferimento deste ato;

- (iii) "Equipe de Profissionais de Apoio" será entendida, quando aplicável, como a equipe de profissionais, sem vínculo celetista junto à CONTRATADA, vinculada contratualmente para executar serviços de apoio nos Certames, a exemplo de, mas não limitado, a fiscais, monitores, bancas avaliadoras entre outros.
- Xy.2. Agentes de Tratamento. Para fins da legislação aplicável, inclusive em relação às obrigações diversas assumidas junto aos Titulares de dados pessoais e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais ANPD, as Partes reconhecem os seguintes papéis relativos às variadas operações de tratamento por elas conduzidas, conforme abaixo.

Xy.2.1. A CONTRATADA (FGV) será, para os fins do Contrato:

- (i) OPERADORA salvo nos casos dispostos em sentido contrário nesta subcláusula em relação aos dados pessoais dos(as) Interessados(as), obtidos após o momento de qualquer ato previsto no Edital de um Certame;
- (ii) CONTROLADORA em relação aos dados pessoais dos Cadastrados. Após a etapa de cadastro, caso o(a) Cadastrado(a) opte pela realização de qualquer ato previsto no Edital do Certame tornando-se um Interessado(a) qualificar-se-á como OPERADORA na forma do item (i) acima;
- (iii) CONTROLADORA em relação aos dados pessoais de seu corpo interno de colaboradores, prepostos e/ou representantes, bem como à sua Equipe de Profissionais de Apoio;

Xy.2.2. À CONTRATANTE será, para os fins do Contrato:

- (i) CONTROLADORA em relação aos dados pessoais dos(das) Interessados(as) nos Certames por ela executados;
- (ii) CONTROLADORA em relação aos dados pessoais de seu corpo interno de servidores, colaboradores, prepostos e/ou representantes.

Xy.2.3. As distribuições de competência assinaladas acima gerarão reflexos para avaliação das obrigações de cada uma das Partes em relação ao que dispõe a LGPD, inclusive para resposta aos direitos dos titulares, existência de bases legais para criação/manutenção dos bancos de dados por elas constituídos autonomamente, comunicação com Autoridades Públicas e aspectos concernentes à responsabilidade civil e/ou administrativa. As Partes cooperarão, de boa-fé, para o cumprimento de seus deveres conforme determina a LGPD.

Xy.3. Tratamentos, finalidade e bases legais para tratamento de dados pessoais. Será observada a finalidade de promoção, organização, planejamento e execução do Certame conforme Proposta de Prestação de Serviços e/ou outro documento equivalente, se existente. Caberá à PARTE CONTROLADORA definir a base legal válida e aplicável para tratar os dados pessoais que estiverem sob sua responsabilidade e controle, considerando-se ainda que:

(i) Em relação ao instrumento contratual em comento, salvo definição em contrário pela CONTROLADORA ou a existência de outra base mais pertinente, serão aplicadas as bases legais de: (a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória (a exemplo de, mas não limitado, à apresentação dos documentos e dados pessoais comprobatórios dos(as) Interessados(as) para atender à realização e publicização do Certame segundo o artigo 37, incisos II e VIII da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como as leis federais, estaduais e/ou municipais que disciplinem sobre atendimento especial, isenção de inscrição e/ou usufruto de cotas em Certames); (b) execução deste contrato entre as Partes para os fins de condução do Certame, bem como o exercício regular de um direito em contrato, se necessário tratar dados sensíveis por esta base legal; (c) a garantia da prevenção à fraude e à segurança nos concursos, avaliações e/ou exames, pautada na lisura no processo seletivo, garantindo-se a veracidade da identidade do(a) Interessado(a), mediante coleta de traços de sua digital ou, se aplicável e determinado pela CONTRATANTE, do reconhecimento de sua face para inserção em sistema eletrônico, salvaguardados os seus direitos e garantias conforme a Lei 13.709/2018; (d) consentimento, quando e se excepcionalmente exigido diretamente dos Cadastrados(a) e/ou Interessados(as); (e) interesse legítimo das Partes, quando

aplicável e resguardados os direitos dos titulares de dados pessoais e (f) exercício regular de direito em processo judicial, administrativo ou arbitral, em casos de demandas judiciais ou extrajudiciais instauradas por Interessado(s);

- Xy.4. Compartilhamento e uso de outros Operadores. Os dados pessoais relativos ao presente instrumento contratual não poderão ser transmitidos ou repassados a terceiros alheios a este instrumento, exceto para situações de:
- (i) Repasse para outro OPERADOR vinculado a uma das Partes para fins de cumprimento de contrato coligado ou conexo a este para fornecimento de infraestrutura tecnológica e/ou Equipe de Profissionais de Apoio e que, por logística, implique no tratamento de dados pessoais de Interessados(as). Neste caso, serão observadas as respectivas disposições contratuais e as finalidades destes instrumentos conexos ou coligados. A celebração de tais instrumentos não gerará obrigações para a Parte que dele não participou, mas poderá interferir nos fluxos e ciclos de vida dos dados pessoais tratados e dos quais ela seja Agente de Tratamento;
- (ii) Outra hipótese legalmente admitida a partir da LGPD, a exemplo do cumprimento de obrigação legal ou regulatória, e que não exponha os titulares de dados pessoais a terem seus dados tratados irregularmente ou a risco relevante ou dano.
- Xy.5. Parâmetros de segurança. As Partes deverão tomar medidas de segurança administrativas e tecnológicas razoáveis e compatíveis com o nível de risco apresentado de acordo com as suas operações de tratamento de dados pessoais e mediante certificação de que apenas pessoas autorizadas tenham acesso a tais informações em regime de sigilo. A CONTRATADA compromete-se a informar a CONTRATANTE, em até 48 (quarenta e oito) horas úteis, em caso de ocorrência de Incidente confirmado com Dados Pessoais vinculados à execução compartilhada do objeto deste instrumento contratual, desde que tal Incidente possa implicar em dano ou risco relevante aos Titulares afetados, observadas as normas regulamentares da ANPD.

Xy.6. Responsabilidades dos agentes de tratamento. Segundo as definições dispostas pela LGPD e por leis aplicáveis à relação, a Parte que figurar como CONTROLADORA será responsável, judicial e extrajudicialmente, por requisições, solicitações, questionamentos, processos administrativos ou penalidades emanados de Autoridade e/ou Titulares competentes, sendo que a parte OPERADORA de dados pessoais poderá ser responsabilizada solidariamente pelos tratamentos irregulares a que comprovadamente der causa em descumprimento da LGPD e/ou caso não observe instrução lícita da CONTROLADORA.

Xy.7. Direitos dos Titulares de Dados Pessoais. A Parte que figurar como CONTROLADORA deverá receber e apreciar requisições relativas a direitos dos titulares na forma do Capítulo III da LGPD. Caso a CONTRATADA receba alguma requisição de direito em seu Portal próprio disponível em < https://portal.fgv.br/protecao-dados-pessoais>, ela procederá com o atendimento caso o(a) solicitante seja um(a) Cadastrado(a). Já na hipótese deste(a) solicitante ser um Interessado(a), cujo controle dos dados é da CONTRATANTE, a CONTRATADA está autorizada a informa-lo(a) de que deverá entrar em contato com a CONTRATANTE, indicando sempre que possível o canal de atendimento a direitos dos titulares desta (caso tal canal esteja disponível publicamente em seus websites ou avisos de privacidade).

Xy.8. Eliminação. Os dados pessoais serão eliminados dos sistemas das PARTES, mediante requisição procedente dos titulares dos respectivos dados pessoais e/ou quando recebidas instruções lícitas e legalmente exigíveis da PARTE CONTROLADORA, especialmente quando estes não forem mais necessários para as finalidades do presente Contrato, salvo se houver qualquer base legal para a sua manutenção, conforme estipula a LGPD na Seção IV de seu Capítulo II.

Xy.9. Os deveres de proteção de dados pessoais perdurarão às Partes, seus colaboradores e/ou prepostos, enquanto os dados pessoais ainda estiverem disponíveis em seus respectivos sistemas e registros, continuando válidos no que couber mesmo após o término da vigência deste Contrato. As Partes declaram que seguem em contínuo cumprimento/adequação à LGPD;

Xy.9.1. Em relação à Contratada, os documentos legais, canais para exercício de direitos (quando Controladora) e contato do Encarregado de Proteção de Dados Pessoais podem ser consultados em: https://portal.fgv.br/protecao-dados-pessoais.

10. ALGUNS CONCURSOS, EXAMES, AVALIAÇÕES E PROCESSOS DE SELEÇÃO REALIZADOS PELA FGV

Seguem **processos de seleção** e **concursos públicos**, de destaque, realizados pela **FGV**:

- Exame Nacional do Ensino Médio ENEM 2022. A referida avaliação foi aplicada para 1.250.756 candidatos inscritos;
- Exame Nacional do Ensino Médio ENEM 2021. A referida avaliação foi aplicada para 2.008.313 candidatos inscritos;
- Exame Nacional do Ensino Médio ENEM 2020. A referida avaliação foi aplicada para 1.356.311 candidatos inscritos;
- Exame Nacional do Ensino Médio ENEM 2019. A referida avaliação foi aplicada para 1.918.224 candidatos inscritos, distribuídos por 4.500 locais de prova, alcançando 628 municípios;
- Exame Nacional do Ensino Médio ENEM 2018. A referida avaliação foi aplicada para 2.008.309 candidatos inscritos, distribuídos por 5.300 escolas públicas e privadas de 8 estados, alcançando 641 municípios;
- Exame Nacional do Ensino Médio ENEM 2017. A referida avaliação foi aplicada para 1.356.311 candidatos inscritos, distribuídos por 2.823 escolas públicas e privadas de 4 estados, alcançando 336 municípios;
- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
 ENCCEJA 2021;
- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

 ENCCEJA 2019. A referida avaliação foi aplicada para 963.857 candidatos
 (900.000 correções de redação 1ª, 2ª e 3ª correções), distribuídos por

 1.892 locais de provas, de 8 estados, alcançando 198 municípios;

- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
 ENCCEJA 2018. A referida avaliação foi aplicada para 495.247 candidatos,
 distribuídos por 1.440 escolas públicas e privadas de 8 estados, alcançando
 204 municípios;
- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
 ENCCEJA 2017. A referida avaliação foi aplicada para 443.751
 candidatos, distribuídos por 1.126 escolas públicas e privadas de 8
 estados, alcançando 204 municípios;
- Estudos Regionais Comparativos e Explicativos ERCE 2019. A referida avaliação foi aplicada para 10.443 alunos, distribuídos por 27 estados;
- Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) 2022,
 aplicado para 14.126 alunos, nas 27 UFs do Brasil e 420 municípios;
- Sistema de Avaliação da Educação Básica SAEB 2017. A referida avaliação foi aplicada para 2.190.510 alunos, distribuídos por 27.948 escolas municipais e estaduais de 11 estados, alcançando 1.263 Polos de aplicação;
- Avaliação Nacional da Alfabetização ANA 2016. A referida avaliação foi aplicada para 859.421 alunos, distribuídos por 19.065 escolas municipais e estaduais de 11 estados, alcançando 1.938 municípios;
- Exame de Ordem Unificado CFOAB, que está na XXXXI edição. O referido Exame é aplicado três vezes ao ano. Já passaram mais de 4,5 milhões de examinandos em Direito e foram certificados mais de 950 mil advogados, distribuídos por todo o país, em todas as Unidades da Federação. A FGV dispõe de uma estrutura permanentemente instalada e pessoal devidamente treinado, qualificado e capacitado. Esta aplicação já envolveu um contingente de 350 mil aplicadores, responsáveis pela condução dos trabalhos;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE para o Censo Agropecuário, 2017, para 367.312 candidatos inscritos, em 4.074 municípios de aplicação de provas, distribuídos por todo o país, em todas as Unidades da Federação;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, 2016, com 511.185 candidatos inscritos, sendo 165 municípios de aplicação de provas, distribuídos por todo o país, em todas as Unidades da Federação;

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, 2022, com 621.228
 candidatos inscritos;
- Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, com 227.656 candidatos inscritos:
- Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas SUSAM, em todos os 62 municípios do Estado, com 255.000 candidatos inscritos;
- Senado Federal, cerca de 160 mil inscritos;
- Secretaria Municipal de Saúde SEMSA, com 135.339 candidatos inscritos;
- O Polícia Militar do Estado do Ceará, com 86.511 candidatos inscritos;
- O Banco do Nordeste do Brasil S/A, com 88.629 candidatos inscritos;
- Polícia Civil do Estado do Amazonas, com 79.426 candidatos inscritos;
- Prefeitura Municipal de Osasco, com 3.360 vagas para as áreas de educação, saúde, administração e segurança, com 79.197 candidatos inscritos;
- Secretaria de Educação do Estado do Amazonas SEDUC-AM, em todos os 62 municípios do Estado, com 75.690 candidatos inscritos;
- Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, com 74.196 candidatos inscritos;
- O Controladoria Geral da União, com 65.579 candidatos inscritos;
- Fundação Regional de Saúde do Estado do Ceará, com 164.290 candidatos inscritos;
- Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, com 18.286 candidatos inscritos;
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com 6.765 candidatos inscritos:
- Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, com 32.978 candidatos inscritos;
- Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, com 13.832 candidatos inscritos:
- Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com 22.128 candidatos inscritos;
- Fundação Nacional de Artes FUNARTE, com 8.966 candidatos inscritos:

- Instituto Estadual do Ambiente INEA, com 10.452 candidatos inscritos;
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste SUDENE, com
 9.712 candidatos inscritos;
- Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo, com 9.885 candidatos inscritos;
- Faculdade de Medicina de Marília, Vestibular 2021, com 9.055 candidatos inscritos:
- Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia CONDER, com 22.561 candidatos inscritos;
- Companhia das Docas do Estado da Bahia CODEBA, com 13.031 candidatos inscritos;
- Companhia Pernambucana de Saneamento, com 14.953 candidatos inscritos;
- Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais CODEMIG, com 6.089 candidatos inscritos;
- O Polícia Militar do Estado de São Paulo, com 47.939 candidatos inscritos;
- Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, com 3.671 candidatos inscritos;
- O Polícia Militar do Estado da Paraíba, com 5.207 candidatos inscritos;
- Prefeitura Municipal de Florianópolis, com 19.950 candidatos inscritos;
- Prefeitura Municipal de Paulínia, com 21.009 candidatos inscritos;
- Prefeitura Municipal de Salvador, com 48.963 candidatos inscritos;
- Prefeitura Municipal de Santo André, com 5.473 candidatos inscritos;
- Câmara Municipal de Salvador; com 47.544 candidatos inscritos;
- Câmara Municipal do Recife, com 24.677 candidatos inscritos;
- O Câmara Municipal de Caruaru, com 12.568 candidatos inscritos;
- O Tribunal de Contas da União, com 19.932 candidatos inscritos;
- Empresa de Pesquisa Energética EPE, com 3.013 candidatos inscritos;
- Secretaria de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle de Niterói, com 4153 inscritos;
- Secretaria de Educação do Município do Recife, com 26.347 candidatos inscritos;
- Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia, com 13.643 candidatos inscritos;

- Secretaria do Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Rondônia, com 19.127 candidatos inscritos;
- Secretaria Municipal de Fazenda do Cuiabá, com 4.045 candidatos inscritos:
- Secretaria de Fazenda do Município de Niterói, com 57.966 candidatos inscritos:
- Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, com 14.987 candidatos inscritos;
- Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas, com 64.021 candidatos inscritos;
- Secretaria de Saúde do Município de Cuiabá, com 7.746 candidatos inscritos;
- Secretaria de Educação do Estado de São Paulo Professor de Ensino Básico II, que contou com 253.861 candidatos inscritos, oferecendo 59 mil vagas, sendo considerado um dos maiores concursos públicos, com o maior quantitativo de vagas já disponibilizado no país;
 - Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa Professor de Ensino Básico II, que contou com 54 mil candidatos inscritos;
- Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, com 42.183 candidatos inscritos;
- Secretaria de Educação do Município de Cuiabá; com 41.878 candidatos inscritos;
- Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas SSP, 2015, com 30.767 candidatos inscritos;
- Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, 2021, com 26.619 candidatos inscritos:
- Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 2019, com 43.032 candidatos inscritos;
- Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 2016, com 67.112 candidatos inscritos;
- Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, com 29.593 candidatos inscritos;
- Ministério Público do Estado da Bahia, 2017, com 35.627 candidatos inscritos;

- Ministério Público do Estado da Bahia, 2021, com 783 candidatos inscritos;
- Ministério Público do Estado de Goiás, 2022, com 17.657 candidatos inscritos:
- Ministério Público do Estado de Goiás, 2021, com 5.301 candidatos inscritos:
- Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com 23.868 candidatos inscritos;
- Ministério da Saúde, com 30.560 candidatos inscritos;
- Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, com 29.466 candidatos inscritos:
- O Defensoria Pública do Distrito Federal, com 10.389 candidatos inscritos;
- Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso, com 21.605 candidatos inscritos;
- Defensoria Pública do Estado de Rondônia, com 34.890 candidatos inscritos;
- Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, com 3.612 candidatos inscritos;
- Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com 2.931 candidatos inscritos;
- Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, com 14.476 candidatos inscritos;
- Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas, com 46.684 candidatos inscritos;
- Tribunal de Contas do Estado da Bahia com 6.410 candidatos inscritos:
- Tribunal de Contas do Estado do Sergipe, com 3.716 candidatos inscritos;
- Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, com 716 candidatos inscritos;
- Tribunal de Contas do Município de São Paulo, com 7.142 candidatos inscritos;
- Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, também possui destaque em virtude de sua complexidade, pois contou com mais de 75 mil candidatos

- inscritos para os níveis fundamental, médio, superior e para o cargo de Juiz de Direito Substituto;
- Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, com 14.316 candidatos inscritos:
- Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com 11.239 candidatos inscritos:
- Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, 2015, com 42.728 candidatos inscritos;
- Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, 2018, com 67.123 candidatos inscritos;
- Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, 2022, com 10.624 candidatos inscritos;
- O Tribunal de Justiça da Bahia, com 135.032 candidatos inscritos;
- Tribunal de Justiça de Goiás, 2014, com 46.857 candidatos inscritos;
- O Tribunal de Justiça de Goiás, 2022, com 936 candidatos inscritos;
- Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com 97.892 candidatos inscritos para os cargos de Técnico e Analista Judiciário;
- Tribunal de Justiça de Rondônia, com 49.055 candidatos inscritos para os cargos de Técnico e Analista Judiciário;
- O Tribunal de Justiça do Piauí, com 42.917 candidatos inscritos;
- Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, com 42.762 candidatos inscritos;
- Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com 48.591 candidatos inscritos;
- Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, com 20.763 candidatos inscritos;
- Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com 28.571 candidatos inscritos;
- Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, com 13.165 candidatos inscritos;
- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, com 132.463
 candidatos inscritos;
- Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, com 2.109 candidatos inscritos;

- Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, com 13.910 candidatos inscritos;
- Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, com 24.564 candidatos inscritos: e
- Ministério das Relações Exteriores MRE, com 15.489 candidatos inscritos.

11. TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A **Fundação Getulio Vargas** se compromete a garantir o tratamento confidencial das informações levantadas e/ou fornecidas pela **Contratante**, e assume as seguintes obrigações:

- Não divulgar quaisquer informações relativas aos serviços prestados a terceiros, nem facilitar de qualquer maneira tal divulgação; e
- Não utilizar a documentação associada com os trabalhos para fins não aprovados por escrito pela Contratante, nem facilitar de qualquer maneira tal divulgação.

Os compromissos acima não abrangem informações que: (a) eram do conhecimento da **FGV** anteriormente, não estando sujeitas à obrigação de serem mantidas em sigilo; (b) sejam reveladas a terceiros pela parte que as forneceu à **FGV**, isenta de restrições; (c) estejam ou se tornem publicamente disponíveis por meio diverso salvo a revelação não autorizada pela **FGV**; (d) tenham sido exigidas por ordem judicial ou administrativa.

Além disso, a **FGV** considera que todos os resultados dos estudos relativos à presente proposta, desenvolvidos sob responsabilidade direta dos profissionais da **FGV**, serão de propriedade da **Contratante** e formulados, apresentados e divulgados estritamente em seu nome.

12. A FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

A **Fundação Getulio Vargas**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, é uma instituição de caráter técnico-científico e educativo, que tem como missão gerar, transmitir e aplicar conhecimento para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Ao longo de mais de 70 anos de atuação, a **FGV** vem construindo uma trajetória de excelência na história do país nas áreas de Administração, Economia, Direito, Ciências Sociais, Pesquisa Histórica e Documentação. A competência e a confiabilidade adquiridas ao longo do tempo fazem com que a **FGV** seja referência na produção e disseminação do conhecimento nas suas áreas de atuação.

A aplicação dos conhecimentos gerados nas escolas e institutos da **FGV** tem contribuído para a formulação de políticas públicas e para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Além de ser considerada uma das 100 melhores universidades do mundo (*New York Times*), o reconhecimento internacional pela sua qualidade acadêmica, de pesquisa e conhecimento aplicado, fez com que fosse considerada a *3ª Think Tank* do mundo, sendo a 1ª da América do Sul, a 11ª em desenvolvimento internacional, e a 5ª em programas de pesquisa orientados para políticas públicas, de acordo com o *Global Go To Think Tank Rankings*.

A **FGV**, por meio da **FGV Conhecimento**, já aplicou provas para mais de 3,5 milhões de candidatos em todos os estados do país, além de ser a organizadora oficial do Exame de Ordem do Brasil, aplicado 3 vezes ao ano (6 etapas).

A **FGV Conhecimento** é um centro de competências multidisciplinar, com atribuições e aptidões em áreas de grande relevo e interesse na instituição, além daquela que o intitula. Com profissionais altamente qualificados nas áreas acadêmica, de gestão, logística e segurança, a **FGV Conhecimento** é considerada um modelo de excelência no planejamento, na organização e na execução de concursos, avaliações, certificações e políticas públicas no país. Além disso, por meio da utilização de modelos e ferramentas atualizadas de gestão, análise de dados e formulação de políticas públicas, muitas vezes desenvolvidos pela própria **FGV**, a Área ganha eficiência e eficácia em todas as etapas dos projetos desenvolvidos.

917170350

▼FGV CONHECIMENTO

A Fundação Getulio Vargas tem a convicção de que possui a infraestrutura e as qualificações técnicas e acadêmicas necessárias para assessorar de forma única no planejamento, organização e execução do Concurso Público do Ministério Público da União. Com a execução do objeto desta proposta, a FGV estará cumprindo sua missão de estimular o desenvolvimento socioeconômico nacional e demonstrando por que é considerada a principal instituição de ensino, assessoria técnica e formulação de políticas públicas do Brasil.

13. DADOS DA FGV

Razão Social: Fundação Getulio Vargas

CNPJ/MF: 33.641.663/0001-44

Endereço: Rua Jornalista Orlando Dantas, 36, Rio de Janeiro, RJ

Tel.: 55 (21) 3799-5459

E-mail: demanda.conhecimento@fgv.br; priscila.figueiredo@proj.fgv.br